

ATA N.º 3/2022 - DRG/SLT/IFSP

## ATA DE REUNIÃO

### ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE CÂMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – CÂMPUS SALTO.

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a décima nona reunião extraordinária do Conselho de Câmpus (CONCAM), de forma presencial, na sala C106 do Câmpus Salto, com início às quatorze horas e dezesseis minutos, sob a presidência de Edilson Aparecido Bueno, e com a presença dos conselheiros: Ailson Teixeira Marins, Carlos Alberto Melo Piazzentin, Denise de Oliveira Iegoroff, Fabio Alexandre Caravieri Modesto, Fabio Rocha Leandro, Fabricio Malta de Oliveira, Francisco Rosta Filho, Marcio Fernandes Maranhão, Rodrigo Lucas de Oliveira e Vania Gomes. Ausências justificadas: Erick Henrique de Araújo Moreira. Ausência injustificada: Angelo Gabriel Soares de Queiroz. Edilson iniciou agradecendo a presença de todos e explicou que a convocação de uma reunião extraordinária surgiu da necessidade de dar continuidade ao processo de Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação. O presidente também alertou que será necessário agendar uma nova reunião extraordinária, na próxima semana, para tratar da Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação. I. **ORDEM DO DIA. 1. Reformulação de Projeto Pedagógico de Curso – Bacharelado em Ciência da Computação.** Relatora: Vania Gomes. A relatora iniciou falando sobre a motivação de tal reformulação, fundamentada na necessidade da curricularização da extensão, além da atualização de turno do curso, da infraestrutura disponível e da consequente alteração da estrutura curricular. Vania demonstrou quais são os documentos exigidos para a reformulação, a saber: 1) Proposta do Projeto Pedagógico de Curso; 2) Estrutura Curricular; 3) Análise Técnico-Pedagógica elaborada pela pedagoga do câmpus; 4) Atas do Núcleo Docente Estruturante; 5) Caderno Orientativo; 6) Relatório de Justificativa de regência compartilhada; 7) Quadro comparativo das principais alterações no PPC; 8) Relatório da revisão bibliográfica; 9) Tabela de equivalência entre as disciplinas. A relatora explicou como foi feita a curricularização da extensão, seguindo a Resolução 07/2018 do Conselho Nacional de Educação, a qual previu esta mudança. Vania demonstrou que serão dedicadas 353,3 horas à curricularização, configurando 11.04% da carga horária total mínima. Dentro das 353,3 horas, 126,7 horas serão distribuídas em componentes curriculares, denominadas Atividades Extensionistas I, II, III e IV; 226,7 horas serão distribuídas entre todas as disciplinas obrigatórias, organizadas na forma de projetos de extensão que culminarão em dois momentos: uma semana letiva nos semestres pares e duas semanas letivas, sendo uma delas o projeto de Semana Extensionista, no segundo semestre letivo, como forma de demonstrar a produção, ressaltando que pode ser também de demanda contínua. Ela explicou a caracterização dos projetos de extensão, que seriam atividades desenvolvidas de acordo com a comunidade local, integradas com características inter, para e transdisciplinares. Vania explicou foi adotado o componente curricular Atividade Extensionista para ter como organizar o currículo. A relatora explicou também a necessidade de colocar as propostas na estrutura curricular e no sistema de apontamento acadêmico, no SUAP. Vania falou sobre a alteração de turno. Explicou que passou de integral para matutino, proposta original do curso em sua criação. Ela explicou que antigamente não foi colocado em período matutino pela falta de espaço, então, na época, o curso passou para o período integral pensando na utilização dos diferentes recursos do antigo prédio. No entanto, acompanhando uma consulta feita aos estudantes sobre a preferência de turno, o grupo percebeu que os estudantes eram favoráveis à mudança, pois facilitaria na busca por estágios e na inserção no mundo do trabalho. Vania explicou que esse tópico foi incluído no texto do PPC, em um item específico, por solicitação da pedagoga responsável pela ATP, a fim de justificar a mudança. A relatora disse que aconteceram algumas alterações na estrutura curricular, levando em consideração demandas de discentes e docentes, a saber: A disciplina Interação Humano Computador passou do segundo semestre para o sétimo, para ficar mais próxima do final do curso, quando eles têm mais recursos para o desenvolvimento de tal disciplina; A disciplina Economia passou para o terceiro semestre, por pedido dos professores da área de Gestão; A disciplina Microprocessadores e Microcontroladores passou de 2 para 4 aulas; A disciplina Eletricidade e Magnetismo passou de 4 para 2 aulas; As disciplinas Segurança de Sistemas e Engenharia de Software II passaram de 4 para 2 aulas, abrindo espaço para as disciplinas extensionistas. Vania disse que foram revistas as ementas dos seguintes componentes: Segurança de Sistemas, Circuitos Eletrônicos e Eletricidade e Magnetismo. Além disso, houve uma revisão da bibliografia, incluindo a parte referente aos componentes de Atividade Extensionista I, II, III e IV. Ela falou sobre a questão da regência compartilhada, que aparece tanto dentro do PPC como no relatório específico. Segundo a relatora, cada conjunto de disciplina teve uma motivação para a regência

compartilhada, iniciando pelas disciplinas que compartilham o Laboratório de Eletrônica com capacidade de 20 alunos: Sistemas Digitais, Microprocessadores e Microcontroladores e Circuitos Eletrônicos. Outra motivação foi a dificuldade que algumas disciplinas apresentam, sendo motivadoras de evasão, precisando, portanto, de um acompanhamento prático especial: Laboratório de Programação de Computadores e Algoritmo e Lógica de Programação II. Por fim, outro motivador foram as disciplinas de supervisão de trabalho de conclusão de curso, que serão feitas por dois supervisores que organizarão o cronograma para acompanhar o trabalho dos alunos. Vania explicou que a regência compartilhada termina em uma comparação entre o índice de esforço de curso (IEC) e a comparação com o fator de esforço de curso (FEC). A IEC aparece na tabela com o valor de 1,0093 e a FEC de 1,081. A relatora apresentou, a título de ilustração, uma tabela das disciplinas compartilhadas com seus detalhes. Falou sobre o formulário de análise de projeto pedagógico de curso, proposto pela PRE/DGRA, preenchido pela pedagoga do câmpus. Vania disse que o grupo analisou cada comentário, apontamento ou sugestão da pedagoga do câmpus e, com isso, fizeram uma tabela demonstrando a localização de cada item da ATP no PPC. Vania demonstrou essa tabela para conhecimento do conselho. Ela destacou o primeiro item que tratava da necessidade de inserir justificativa da mudança de turno, alocada na seção 2.4 - Mudança de oferecimento do curso para o período matutino. Vania comentou que o trabalho da pedagoga se desenvolveu de forma bastante cuidadosa, bem como o trabalho da coordenação do NDE que procurou preencher ponto a ponto a referida tabela. Vania também destacou a alteração na organização curricular, pois os componentes de extensão devem ter no mínimo duas horas-aula e continham apenas uma hora-aula. Por fim, a relatora disse que chegaram ao voto favorável sobre a reformulação do PPC, com destaque ao que é pedido na Portaria Normativa nº 27/2021, em seu artigo 25, sobre o Relatório de Justificativa para regência compartilhada. Vania entregou ao presidente do conselho um relatório por escrito de toda a sua relatoria. A relatora abriu para perguntas. Ailton pediu a palavra e fez uma pergunta diretamente ao coordenador do curso de BCC, Luis Henrique Sacchi, que acompanhava a reunião. O conselheiro perguntou se a tabela que versa sobre a regência compartilhada foi feita para atender o PDI. Os conselheiros autorizaram a fala do coordenador. Sacchi respondeu que este tópico é uma exigência da reitoria. Ele explicou que até então se montava a estrutura curricular e quando necessitavam de divisão de turma, que também é um tipo de regência compartilhada, eram colocados dois professores. Sacchi disse que sempre estranhou a reitoria fazer a cobrança de ter no máximo 5% a mais da carga horária obrigatória mínima, regulamentada pelo MEC, na estrutura curricular, uma vez que na prática, com as divisões de turmas, essa porcentagem não era factível. Dessa forma, para ele, a regulamentação contida na portaria normativa nº 27/2021 veio colaborar com essa soma, pois leva em consideração que os cursos que demandam o uso de laboratório precisam de uma tolerância maior quanto a porcentagem anterior. Sacchi também explicou que o curso consegue se manter nas 3200h por ter horas dedicadas ao TCC, possibilitando a complementação delas sem consumir os docentes. Dessa forma, o coordenador disse que o que aconteceu em relação à estrutura curricular anterior foi uma diminuição, pois no câmpus antigo era preciso colocar dois professores nas disciplinas com parte prática. Com o câmpus novo, os cursos podem usar laboratórios que contêm 40 máquinas, sendo possível passar de dois para um professor no momento do preenchimento de dados sobre o tanto de professores em determinada disciplina. Sendo assim, comparado ao que pede o PDI, o número estaria abaixo do valor estipulado. Vania complementou dizendo que um dos pedidos da pedagoga foi para inserir a menção à portaria normativa nas ementas das disciplinas que são de regência compartilhada. Além disso, ela explicou que essa norma apareceu apenas no segundo semestre de 2021, sendo uma novidade para todos. Ailson comentou que sua pergunta foi motivada porque os cursos técnicos também passarão por essa mudança. Sacchi explanou que quanto mais baixo o número do preenchimento relatado acima (próximo a 1), há maior possibilidade de abrir novos cursos, pois reduz o consumo de recurso docente. Edilson perguntou se havia mais perguntas. Não houve manifestações. Então, o presidente abriu para a votação. O resultado foi unânime para a aprovação da Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação. **II. INFORMES. Evento com a Receita Federal.** Será no dia 17 de maio, acompanhando o calendário nacional deste tipo de evento. São Paulo não estava participando, então o auditor da Receita Federal em Sorocaba sugeriu também fazer uma ação - descaracterizar as TV Box e transformá-las em computadores de baixo custo. Os servidores, com a participação de discentes, estão trabalhando na descaracterização de 500 TV Box, porém estão com dificuldades operacionais por conta dos diferentes modelos enviados. No entanto, já somam 200 produtos prontos. Este evento ganha ainda mais importância pela visibilidade que ele trará para o câmpus. As prefeituras de Salto, Itu, Indaiatuba e Porto Feliz foram convidadas. Além disso, é esperado que a imprensa esteja presente. O Pró-Reitor de Pesquisa irá acompanhar o evento. **Visita do Deputado Federal Herculano Passos.** Edilson falou sobre os recursos conseguidos pelo deputado para a construção do estacionamento e da cobertura entre os blocos C e D. Ele acredita que a instituição deve fazer uma ação de agradecimento, através de um ato inaugural da obra. A data foi decidida pelo deputado e ficou para o dia 18 de maio, às 17h. Neste mesmo dia haverá uma reunião com a Deputada Sâmia Bonfim às 14h, de forma remota. **Destinação da antiga sede.** O assunto já foi tratado em reunião anterior. Edilson atualizou os membros dizendo que no momento o prefeito havia colocado um ofício sobre a cessão momentânea do prédio antigo. Neste período de cessão, a prefeitura dará um conjunto de contrapartidas que poderá ter sequência posteriormente. Edilson explicou que ao passar para a doação definitiva, a prefeitura trará o refeitório estudantil para o câmpus, algo muito benéfico uma vez que alimentação é o maior contrato dentro do orçamento. **Matrículas.** Edilson explicou que novamente estão discutindo sobre a matriz CONIF, por isso foi pedida a relação de alunos matriculados para conferência. A CRA tem até sexta-feira para finalizar esse trabalho. Ele demonstrou alguns gráficos para comparar com outros câmpus a colocação de Salto no

orçamento. Falou sobre os cursos EAD que aparecem em outros câmpus, levando benefícios pelo número de alunos matriculados. Dessa forma, é preciso que Salto consiga colocar em funcionamento seu curso EAD em Administração em 2023. O conselheiro Rodrigo perguntou quantas matrículas em cursos presenciais aparecem para o câmpus. Edilson respondeu que, por enquanto, aparecem 912 matrículas efetivas. **Inserção da data para entrega dos diários no calendário.** Edilson expôs o comunicado da DAE mantendo a data da entrega de diários para o dia 14 de abril, citada nos calendários *ad referendum*. **Montagem de Comissões.** Edilson falou sobre a necessidade de montar uma comissão eleitoral do PDI para a escolha de novos membros. Comentou também sobre a necessidade de membros para as comissões de Inventário, Desfazimento, IFCiência e Festa Junina. Sobre a Festa Junina, o presidente explicou que a professora Marisol poderia ficar como presidente, mas esta sugeriu fazer a festa apenas como evento interno, uma vez que seria difícil fazer o controle de comprovação de vacinação e de uso de máscaras com pessoas externas ao câmpus. Ailson sugeriu fazer a festa em um dia letivo para não ficar uma atividade esvaziada, uma vez que só poderia ter a participação de discentes e servidores. Vania sugeriu adiar a festa junina, considerando que muitas festividades nacionais já foram adiadas por conta da pandemia. Edilson disse que levará as propostas para a DAE. **Alimentação (ensino superior).** Edilson explicou que esta pauta foi pedida pelo conselheiro Erick, porém ele não pode estar presente, tendo justificado sua ausência. No entanto, Edilson quis apresentar o que foi enviado à secretaria do Concam pelo membro para que os demais conselheiros tivessem conhecimento. O conselheiro discente expôs a insatisfação dos alunos quanto ao valor da alimentação. Erick enviou alguns cálculos que precisarão ser explicados posteriormente, pois não foi possível encontrar sua fonte. Edilson explicou que os números não estão de acordo com os números reais. O presidente falou sobre o aumento do valor da alimentação, esclarecendo que não é uma decisão do câmpus, uma vez que a empresa entrou por meio de licitação. A justificativa para a diferença de preço de hoje para dois anos atrás se dá por conta da inflação. Além disso, a falta de interesse das empresas na participação dos pregões, faz com que não tenha concorrência de preços. O conselheiro discente colocou em sua apresentação sobre o auxílio alimentação ser menos do que os gastos com a alimentação fornecida. Edilson explicou que esse valor vem fechado para o câmpus, não sendo também decisão deste. O conselheiro Fábio Modesto falou que alguns alunos o procuraram para reclamar que o ensino médio tem alguns dias de refeição dada pelo câmpus e os superiores não, porém nos cartazes apareciam apenas as informações de alimentação sem especificar quais alunos teriam direito. Edilson explicou que o ensino médio integrado ganha alimentação porque o câmpus é obrigado por lei a oferecer, já o superior não tem essa obrigação. Além disso, o câmpus não consegue estender para o ensino superior o fornecimento por falta de recurso orçamentário. Sobre os cartazes, ele explicou que não constava o público-alvo por já se tratar de assunto conhecido pelos alunos. No entanto, com a pandemia e a entrada de novos alunos, o câmpus não se atentou que muitos poderiam não saber essa informação. Edilson disse que os cartazes já foram refeitos. Ele comentou que trouxe a colocação do membro Erick para deixar registrado na reunião. Edilson terminou sua apresentação e abriu para perguntas. Fabricio perguntou sobre o andamento das obras. Edilson disse que a caixa d'água ainda não foi entregue, mas a empresa deu o prazo de quinze dias para a finalização total. Ele falou que a caixa já está funcionando exceto os canos de bombeiro. Edilson reforçou que para o câmpus fazer o recebimento definitivo é preciso que tenha o AVCB. Sobre a outra empresa, a ordem de serviço saiu na segunda-feira, porém eles ainda não compareceram para uma reunião inicial. Edilson perguntou se havia mais perguntas. Não houve manifestações. A reunião encerrou-se às 15h35. E, para constar, eu, Ana Flávia Marques Martins, lavrei a presente ata, que depois de aprovada, será assinada por mim, pelo presidente e conselheiros presentes.

Ana Flávia Marques Martins (assinado eletronicamente)

Edilson Aparecido Bueno (assinado eletronicamente)

Ailson Teixeira Marins (assinado eletronicamente)

Carlos Alberto Melo Piazzentin (assinado eletronicamente)

Denise de Oliveira Ilegoroff (assinado eletronicamente)

Fabio Alexandre Caravieri Modesto (assinado eletronicamente)

Fabio Rocha Leandro (assinado eletronicamente)

Fabricio Malta de Oliveira (assinado eletronicamente)

Francisco Rosta Filho (assinado eletronicamente)

Marcio Fernandes Maranhão (assinado eletronicamente)

Rodrigo Lucas de Oliveira (assinado eletronicamente)

Vania Gomes (assinado eletronicamente)

Salto, 13 de maio de 2022

Documento assinado eletronicamente por:

- Ana Flavia Marques Martins, COORDENADOR - FG2 - CDI-SLT, em 13/05/2022 15:31:05.
- Carlos Alberto Melo Piazzentin, TECNICO EM CONTABILIDADE, em 13/05/2022 15:33:17.
- Fabricio Malta de Oliveira, TECNICO DE LABORATORIO AREA, em 13/05/2022 15:41:15.
- Denise de Oliveira Iegoroff, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 13/05/2022 15:48:08.
- Marcio Fernandes Maranhão, SL3005062 - Discente, em 13/05/2022 15:49:49.
- Vania Gomes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 13/05/2022 16:43:19.
- Edilson Aparecido Bueno, DIRETOR GERAL - CD2 - DRG/SLT, em 13/05/2022 18:54:53.
- FABIO ROCHA LEANDRO, SL3007057 - Discente, em 14/05/2022 23:10:38.
- Fabio Alexandre Caravieri Modesto, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 17/05/2022 14:19:22.
- Ailson Teixeira Marins, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 17/05/2022 16:30:25.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/05/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 344424

Código de Autenticação: aa5678e53b



ATA N.º 3/2022 - DRG/SLT/IFSP